

# A OBRA DE LYGIA BOJUNGA NO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA- PNBE

Érica de Assis Pereira Hoki<sup>\*</sup>  
Célia Regina Delácio Fernandes<sup>\*\*</sup>

**RESUMO:** *A primeira parte deste artigo aborda a importância de uma importante figura da literatura infanto-juvenil: Lygia Bojunga. Com efeito, percorremos a trajetória, vida e obra da escritora, enfatizando suas principais características literárias e suas contribuições para a literatura infantil brasileira contemporânea. A segunda parte investiga a constante inserção da obra dessa escritora no Programa Nacional Biblioteca da Escola "PNBE. Pois, das 22 obras publicadas, 12 fazem parte do acervo do PNBE, que se encontra em vigência desde 1997, com a finalidade de promover a leitura literária entre alunos e professores das escolas públicas. A intenção não é fazer uma análise completa e exaustiva, mas evidenciar as principais mudanças e conquistas desse Programa, visto que o objetivo maior é localizarmos as compras dos livros de Lygia Bojunga dentro de todo o acervo adquirido em seus vários anos de atuação.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Lygia Bojunga; PNBE; Literatura infanto-juvenil.*

**ABSTRACT:** *The first part of this essay touches on the importance of an important figure of youth literature: Lygia Bojunga. Thoroughly we oversee the writer's trajectory, life and work, emphasizing her main literary characteristics and her contributions to modern-day Brazilian youth literature. The second part investigates the constant insertion of this writer in the School Library National Program "PNBE. Because, out of the 22 works published, 12 are a part of the PNBE, which is in place since 1997, with the purpose of promoting literary reading among public schools' students and teachers. The intention is not to perform a complete and exhaustive analysis, but to evidence the main changes and conquests of this Program, seeing as how the greater aim is to locate the sales of Lygia Bojunga's books within the entire catalog obtained in her many active years.*

**KEYWORDS:** *Lygia Bojunga; PNBE; Youth literature.*

## LITERATURA INFANTIL: UM BREVE HISTÓRICO

Antes de adentrarmos diretamente na vida e obra de Lygia Bojunga, faz-se necessário traçarmos um breve histórico da literatura infantil brasileira, visto que a escritora faz parte desse percurso e muito tem contribuído para a consolidação e importância desse gênero, sendo considerada, por muitos, como herdeira ou sucessora de Monteiro Lobato.

<sup>\*</sup> Mestra em Literatura e práticas culturais pela Universidade Federal da Grande Dourados (Dourados, MS, Brasil). E-mail: ericassishoki@hotmail.com

<sup>\*\*</sup> Doutora em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Campinas (Campinas, SP, Brasil) e Professora da Universidade Federal da Grande Dourados (Dourados, MS, Brasil). E-mail: celiafernandes@ufgd.edu.br.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2004, p. 16), na obra *Literatura infantil brasileira: história e histórias*, ao traçarem um panorama da historiografia da literatura destinada às crianças, elegem o francês, Charles Perrault, como o principal responsável “pelo primeiro surto de literatura infantil”, ao coletar e transcrever contos orais populares, adaptando-os para os pequenos em formato dos famosos contos de fadas em meados do século XVII (1628-1703).

Mundialmente, outros dois nomes merecem destaque, pois são considerados como um marco na consolidação desse novo gênero que se iniciava: os irmãos Grimm, escritores de clássicos universais e Lewis Carrol, autor de *Alice no país das maravilhas*. Segundo Ligia Cademartori (2010, p. 29), Carrol “foi o inovador do conto infantil. Criou histórias sem moralidade, abandonando o tom sentencioso comum às histórias do século XIX”.

No Brasil, esse surgimento ocorre apenas no início do século XX, com as traduções europeias, “muito embora ao longo do século XIX reponte, registrada aqui e ali, a notícia do aparecimento de uma ou outra obra destinada a crianças” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2004, p.23).

Porém, tais traduções não conseguiam representar a realidade nem a linguagem das crianças brasileiras. “É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação de meus filhos” (LOBATO, 1972, p. 104), lamentava Monteiro Lobato em carta ao amigo Godofredo Rangel, ao constatar sua decepção com as obras que circulavam para as crianças brasileiras da época.

Essa problemática, como observa Leonardo Arroyo (2011, p.151), se estendeu mesmo com a estreia de escritores brasileiros, ao escreverem as primeiras obras infantis nacionais:

A difusão enorme que essas traduções tinham, tanto em Portugal como no Brasil, levou vários escritores (idêntico fenômeno que é natural no desenvolvimento de uma literatura, principalmente a infantil, repetiu-se no Brasil) a explorar o gênero, de modo geralmente lamentável para nós hoje, mas que, na época, era modo perfeitamente aceitável e aplaudido. Raríssimo foram os autores que conseguiram transcender o tempo, tão falsa e puramente didática pretendeu ser essa chamada literatura infantil.

Arroyo se refere às obras de escritores como: Olavo Bilac, Figueiredo Pimentel, Viriato Correia, Julia Lopes de Almeida, Francisca Julia, entre outros que, apesar da “leitura pesada e que dificilmente, hoje, seria aceita pelas crianças [...] tinham, necessariamente, de ser lidas” (ARROYO, 2011, p. 152).

No entanto, é justo mencionar que tal observação não desmerece os autores e as obras visto que elas cumpriram o papel a que lhes foram

destinadas: transmitir a ideia de um país em pleno desenvolvimento social e econômico, além de estarem atreladas sob à “tutela” da escola, isto é, a literatura infantil se desenvolveu e se consolidou inicialmente sobre os interesses do Estado e das instituições a ele direcionadas. Sobre isso, Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1986, p.18) apontam que:

De um lado, a literatura infantil se converte facilmente em instrumento de difusão das imagens de grandeza e modernidade que o País, através das formulações de suas classes dominantes, precisa difundir entre as classes médias ou aspirantes a elas no conjunto das camadas urbanas de sua população. De outro, inserida no bojo de uma corrente mais complexa de nacionalismo, a literatura infantil lança mão, para a arregimentação de seu público, do culto cívico e do patriotismo como pretexto legitimador.

Desse modo, a literatura infantil, além de servir para “provar” que o Brasil estava em pleno exercício de desenvolvimento econômico e cultural, também nasceu com a finalidade de missão patriótica, manifestando-se de várias formas: exaltação da natureza, valorização da família, direitos cívicos, entre outros. Portanto, é compreensível, conforme demonstram Lajolo e Zilberman (1986, p.253), que tenha ocorrido, ainda, a rejeição das obras que contradiziam a função educativa.

Nesse sentido, Nelly Novaes Coelho (2006, p. 17) acrescenta que “a literatura infantil foi identificada com a prática escolar, tornando-se o importante agente de formação ética e ideológica dos futuros cidadãos”, o que justifica, em parte, a linguagem moralista e pedagógica sempre acompanhada de ensinamentos cívicos, religiosos e morais. Passagens assim eram explícitas nos textos e livros infantis até o surgimento das obras de Monteiro Lobato, o primeiro escritor a romper com o didatismo da literatura infantil, como sugere Laura Sandroni (1985, p.28):

Assim, a Literatura Infantil que dentro da evolução da Literatura em geral aparece tardiamente, permanece no Brasil inteiramente dominada pela metrópole até o aparecimento de Monteiro Lobato, o primeiro a conseguir uma obra de ficção com características literárias.

A “estréia” de Monteiro Lobato na literatura infantil, segundo Laura Sandroni e outros pesquisadores da área (ARROYO, 2011; CADERMATORI, 2010; COELHO, 2006; LAJOLO e ZILBERMAN, 2004), marcou definitivamente o início da literatura para as crianças brasileiras. Lobato integra, sem sombra de dúvida, a lista dos “raríssimos” escritores aclamados por Arroyo a transcender seu tempo.

Ressaltamos que, em dezembro de 1920, ao publicar *A menina do narizinho arrebitado*, o escritor inaugura uma linguagem totalmente inovadora

e lúdica, transformando leituras moralizantes em momentos de diversão. “O humor, tão assíduo em Monteiro Lobato, é matéria rara nos livros desse período, talvez porque incompatível com a postura pedagógica”, destacam Lajolo e Zilberman (1986, p.131).

Sobre isso, Adriana Silene Vieira (1999, p. 47-48), ao analisar as cartas de Monteiro Lobato ao amigo Godofredo Rangel, constata a preocupação do escritor em oferecer uma literatura infantil de qualidade e que, acima de tudo, respeite a capacidade intelectual e criativa da criança, “cujo cérebro ainda não estaria, segundo ele, ‘envenenado’ como o dos adultos”, e por isso a urgente necessidade de uma literatura que possibilitasse a liberdade de pensamento em vez de didatismo e formação moral: “sendo assim, podemos concluir que seu objetivo principal seria divertir e, em segundo lugar, educar, mas educar para a plena liberdade e o livre arbítrio”. Esta característica também foi observada por Laura Sandroni:

Com Lobato, os pequenos leitores adquirem consciência crítica e conhecimento de inúmeros problemas concretos do país e da humanidade em geral. Ele desmitifica a moral tradicional e prega a verdade individual. Instaura, portanto, a liberdade. Sem coleiras, pensando por si mesma, a criança vê, num mundo onde não há limites entre realidade e fantasia, que ela pode ser agente de transformação. (SANDRONI, 1987, p.53)

Por essas razões, Coelho (2000) considera Lobato o divisor de águas que separa o Brasil de hoje e de ontem no que diz respeito às obras destinadas às crianças. Ele rompeu definitivamente com as convenções passadistas e estereotipadas e acabou por influenciar também outros escritores brasileiros, principalmente os contemporâneos que foram seus leitores na infância, como, por exemplo, Ruth Rocha, Ana Maria Machado e Lygia Bojunga, fato que veremos mais detalhadamente no próximo tópico.

## LYGIA BOJUNGA: UMA VIDA ENTRE OS LIVROS

Lygia Bojunga nasceu em Pelotas-RS, em 1932, ainda criança mudou-se com seus pais para o Rio de Janeiro onde, em 1951, iniciou sua carreira profissional como atriz. Chegou a contracenar com artistas renomados da televisão e do cinema como, por exemplo, Fernanda Montenegro, pela companhia do teatro *Os artistas unidos*. Também trabalhou para o rádio e para a televisão antes de dedicar-se integralmente à carreira literária:

Tudo que eu escrevia era em diálogo. E comecei, então, a escrever profissionalmente. Primeiro para o Rádio, depois para a Televisão. Até que, um dia, me perguntei: mas se meu companheiro inseparável

é o LIVRO, por que não tentar alargar esse relacionamento e enveredar pela literatura? Enveredei (MEYER, 2012, s/p).

De maneira mais detalhada, no *Livro: um encontro com Lygia Bojunga Nunes* (2007), sua única obra não literária (denominada por Eliane Aires (2010) como “crônicas memorialísticas”), é possível constatar a trajetória percorrida pela autora no mundo da leitura, além de investigarmos fatos importantes que revelam como e porque se deu o início de sua carreira como escritora.

Desde pequena, Bojunga sentia grande intimidade com o livro, mas seus laços se estreitaram definitivamente aos sete anos, quando leu *Reinações de Narizinho* (1921), de Monteiro Lobato, escritor nomeado pela própria Bojunga (2007, p.15) como seu primeiro “caso de amor” com o livro.

Antes desse encontro significativo com a turma das *Reinações*, Lygia andava envolvida com algumas leituras em quadrinhos, tinha aprendido a ler recentemente e estava empolgada com o mundo das letras. Porém, o que antecedeu, de fato, às leituras de Lobato foram algumas coleções pouco atrativas, com palavras estrangeiras e complicadas para uma criança recém alfabetizada:

O meu pai e minha mãe liam histórias para mim numa coleção de livrinhos pra crianças que tinha lá em casa, tudo impresso em Portugal, e cheio de infantas, estalagens, escopetas, arcabuzes, abadessas rezando vésperas, raparigas na roca a fiar...

O quê?

Como é?

Lê de novo?

Que que é isso?

E quando me diziam, é português, não é, minha filha? Eu achava tão esquisito! Mas não é a língua da gente?

Era.

Bom, mas então esse negócio de ler era um troço bem chato, não era? (BOJUNGA, 2007, p. 17).

As palavras de Lygia Bojunga reforçam, ainda, o que já foi dito anteriormente: desde a aparição de Monteiro Lobato, a literatura destinada às crianças tem avançado significativamente e, sem dúvidas, conquistou um espaço respeitado e consolidado.

As obras lobatianas foram fundamentais para a formação de Lygia enquanto leitora e escritora. *Reinações de Narizinho* foi, segundo Bojunga, uma das leituras mais importantes em sua vida. Tornou-se fã da obra de Monteiro Lobato, tão diferente dos demais escritores, porque a leitura da obra encorajava as suas fantasias:

[...] aquela gente toda do Sítio do Pica-Pau Amarelo começou a virar a *minha gente*. Muito especialmente uma boneca de pano chamada Emília, que fazia tudo e dizia tudo que vinha na cabeça dela. A Emília me deslumbrava! Nossa, como é que ela teve coragem de dizer isso? Ah, eu vou fazer isso também [...]. Esse livro sacudiu a minha imaginação. E ela tinha acordado. Agora ela queria imaginar (BOJUNGA, 2007, p. 19).

Com efeito, depois de ter sua imaginação tocada pelo universo literário de Lobato, Bojunga foi estreitando e amadurecendo seu repertório, até tornar-se adulta, elegendo nessa caminhada mais seis escritores que, segundo a própria Bojunga, foram fundamentais para sua formação enquanto leitora: Dostoiévski e Edgar Allan Poe, ambos descobertos por ela aos 17 anos. Encontros esses tão importantes quanto o encontro com Lobato, era um “estado de amor por um livro: aquela coisa aflita de estar sempre procurando um jeito de ficar sozinha com ele; só a gente e o livro” (BOJUNGA, 2007, p.23).

A quarta obra que despertou tal sensação em Bojunga ficou mantida em segredo, visto que ela mantém um caso de “amor e desamor” pelo escritor, ora defendendo-o, ora “julgando-o”. O quinto encontro foi com o escritor Rainer Maria Rilke e o último com Fernando Pessoa.

É válido destacarmos que entre as leituras dessas obras, Lygia Bojunga conheceu várias outras, entre elas, a de muitas mulheres, como Clarice Lispector e Cecília Meireles; contudo, a autora elege as citadas como fundamentais, ou diríamos, ao nosso olhar, “preferidas e influenciadoras” para a sua formação como escritora.

Ressaltamos que, antes de escrever profissionalmente, Lygia Bojunga foi, acima de tudo, grande leitora. Mas não uma leitora comum, mas ativa e crítica, que adorava discutir sobre as obras e seus autores, principalmente com sua amiga Ana Lúcia, com quem dividia livros e conversas literárias (BOJUNGA, 2007, p. 27). É compreensível também que as leituras realizadas ao longo da vida contribuíram para a criação de seu estilo tão marcante e singular.

Na adolescência, Bojunga escreveu diários com muita frequência; para ela, essa prática sempre foi necessária: “se eu não escrevia eu me afligia” (BOJUNGA, 2007 p.61). Registramos que, quando começou a escrever profissionalmente, para o rádio, foi por necessidade financeira e não por busca de satisfação literária. Essa prática tornou-se “compulsória e intocável” a partir do momento que Lygia Bojunga deu início à escrita de livros. Assim, desde sua primeira obra lançada, *Os colegas*, Bojunga declara que “fazer literatura ia ser pra mim uma imensa aventura interior (não me enganei). E desde esse dia eu confundo as palavras livro e livre: me acontece muito querer dizer uma e sair outra” (BOJUNGA, 2007, p.90).

Há que pontuar que Bojunga abandona o teatro e a carreira de atriz para dedicar-se integralmente à escrita de suas narrativas literárias.

Transbordada de ideais e vontade de tocar seus leitores, como Lobato a tocara, Lygia Bojunga lança seu primeiro livro *Os colegas*, em 1972, obra em que todas as personagens são animais e, por isso, se define mais claramente como infantil.

Em 1975, lança *Angélica* e, posteriormente, vários outros: *A bolsa amarela* (1976), *A casa da madrinha* (1978), *Corda bamba* (1979), *O sofá estampado* (1980), *Tchau* (1984), *O meu amigo pintor* (1987), *Nós três* (1987), *Livro: um encontro* (2007), *Fazenda Ana Paz* (1991), *Paisagem* (1992), *6 vezes Lucas* (1995), *O abraço* (1995), *Feito à mão* (1996), *A cama* (1999), *O rio e eu* (1999), *Retratos de Carolina* (2002), *Aula de Inglês* (2006), *Sapato de salto* (2006), *Dos vinte 1* (2007) e *Querida* (2009).

Desse modo, com 22 obras publicadas, traduzidas em vinte idiomas, Bojunga é reconhecida mundialmente no âmbito da literatura infantil e juvenil. Ao longo dos anos, tem recebido várias premiações. Foi agraciada 18 vezes pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil- *FNLIJ*<sup>1</sup>, recebeu 3 *Jabutis*<sup>2</sup>, além de outros prêmios nacionais. Vale ressaltar que, em 1982, Bojunga foi a primeira escritora da América-latina a receber o mais reconhecido prêmio na área da literatura infantojuvenil: o *Hans Christian Andersen*<sup>3</sup>. No Brasil, além dela, apenas Ana Maria Machado conquistou o prêmio, em 2000.

No que se refere à singularidade da obra de Lygia Bojunga, uma das principais características é o aspecto social, recorrente em todas narrativas. Por meio de sua escrita, a autora busca denunciar a sociedade sem privar as crianças da realidade. Com uma linguagem peculiar, ela mistura fantasia e veracidade, trata de assuntos sérios, tais como: o abandono infantil, as inseguranças que permeiam o mundo infantojuvenil, a exploração das crianças, a pedofilia, o não reconhecimento da capacidade inventiva e criativa dos pequenos, entre outros temas que dão vida aos seus personagens, sempre autênticos.

Regina Dalcastagné, ao perceber essas características, reconhece a importância de obras que assumem esse papel social:

**Lygia Bojunga, Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Sylvia Orthof, Fernanda Lopes de Almeida são alguns entre muitos nomes que**

<sup>1</sup>A FNLIJ foi criada em 1968 com a missão de promover a leitura e divulgar o livro de qualidade destinado para crianças e jovens, defendendo o acesso para todos por meio de bibliotecas escolares públicas.

<sup>2</sup>O prêmio *Jabuti* foi criado em 1959 pela Câmara Brasileira do Livro e é o mais importante e reconhecido prêmio literário no Brasil, contemplando atualmente 29 categorias envolvidas na criação e produção do livro.

<sup>3</sup>O prêmio *Hans Christian Andersen* foi concedido para Bojunga, em 1982, é considerado o Nobel da literatura infantojuvenil sendo o mais importante prêmio internacional literário da área destinado a jovens e crianças. É concedido a cada dois anos pela *Internacional Board on Books for Young people*. Maiores informações disponível em: <<http://www.ibby.org/>> Acesso em: 23 fev. 2013.

construíram sua obra aliando o prazer da leitura a uma profunda preocupação social. Seus livros não estão aí para dizer como as crianças devem se portar. (Afinal, ninguém quer ver um dedo balançando na frente do rosto cada vez que abre as páginas de um romance.) Mas também não estão aí para fingir que não existe um mundo lá fora, onde as crianças e adultos são explorados. Enfim, são obras que respeitam o leitor, ainda que ele tenha apenas um punhado de anos. (DALCASTANGÉ, 2005, p.131-132)

Nesse sentido, é possível percebermos que, assim como Lobato, Bojunga também aposta em um Brasil melhor por meio das crianças e jovens e, ao acreditar na capacidade crítica e criadora dos “pequenos”, continua inovando e quebrando regras impostas para a época: “definitivamente, o didatismo, o moralismo, a submissão, marcas dos textos passadistas, não têm lugar na obra desta autora” (SILVA, 2009, p. 137).

Vera Maria Tietzman Silva ainda nomeia Lygia Bojunga e outras escritoras canônicas como Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Sylvia Orthof como “filhas de Lobato”, ao verificar fortes características lobatianas na escrita de suas obras. À Lygia Bojunga coube a observação de uma linguagem acessível e com marcas da oralidade, também presentes na obra de Monteiro Lobato:

Lygia Bojunga, dentre elas, é quem mais longe levou essa característica, fazendo o tom coloquial, inclusive pontuando com termos de gíria, extrapolar as falas dos personagens e estender-se até a voz do narrador. Sem dúvida, é essa escritora que mais se aproxima do ideal linguístico que Lobato propunha para a literatura infantil (SILVA, 2009, p. 110).

Dessa forma, com a carreira consolidada e reconhecida por diversos críticos da área, em 2002, na intenção de estreitar ainda mais seus laços com os livros, Lygia Bojunga inaugura seu projeto (e também seu sonho) de fundar sua própria editora, a qual chamou de “Casa Lygia Bojunga Editora LTDA”, com o objetivo de publicar apenas suas obras. O primeiro livro por ela editado foi *Retratos de Carolina* (2002). Nesse mesmo período Bojunga iniciou também o resgate de todos os livros que já haviam sido publicados por outras editoras, proeza essa conquistada em 2005.

Por consequência dessas mudanças, seus livros receberam um novo formato, são padronizados nos mesmos tamanhos e cores em tons amarelos. Outra curiosidade é Lygia Bojunga não utilizar muitas ilustrações, pois prefere deixar a imaginação livre para que cada leitor crie a fisionomia, à sua maneira, dos personagens que está lendo.

Assim, com sua própria casa editorial e maior liberdade na criação de suas obras, Bojunga realizou o sonho de percorrer todo o caminho junto com o livro “desde o momento em que inicio a criação de meus



personagens até o dia de ver o objeto-livro pronto, na mão de meus leitores” (BOJUNGA, 2007, s/p). E quem seriam esses leitores referidos pela escritora? Seriam crianças, adolescentes, ou adultos? É necessário rotular?

## LYGIA BOJUNGA PARA CRIANÇAS, JOVENS OU ADULTOS?

1- E porque a criança como receptor?

Ah, isso eu não sei. Mesmo. Eu sentei para fazer literatura. E parece que minha literatura saiu com uma cara que não desagrada criança. Pra falar a verdade eu não acho isso estranho. Você, que tem filhos: sabia a cara que eles iam ter? (SANDRONI, 1987, p. 170).

15- Você já recebeu todos os prêmios brasileiros para a literatura destinada a crianças e jovens e alguns internacionais. Agora você acaba de receber o prêmio Molière de autor<sup>4</sup>, dado até aqui a obras destinadas a adultos. O que isso representa?

[...] Recebendo um prêmio que até aqui só tinha sido dado a *obras destinadas a adultos*, eu me sinto tentada a ver na decisão do júri uma equivalência de intenções, isto é: uma inclinação pra tornar mais fluidas as fronteiras tão rígidas que foram demarcadas pra separar a criança do adulto (SANDRONI, 1987, p. 176).

Foi com essas palavras que Lygia Bojunga respondeu às duas perguntas feitas em uma entrevista concedida à Laura Sandroni, sobre direcionar seus livros para crianças. No entanto, nota-se, que até aquela data (1987), Bojunga havia escrito apenas 9 de suas 22 obras.

No decorrer dos anos, as características da obra bojunguiana têm mudado significativamente, como observam vários pesquisadores ao se debruçarem sobre suas narrativas. Vera Maria Tietzmann Silva (2009, p. 136), por exemplo, ressalta que “se a obra da autora se classifica como infantil ou juvenil é difícil dizer. Porém, sem dúvida, ela é genuinamente literatura, sem adjetivos que a restrinjam”. Sobre isso, Sandroni (1987, p. 168) também constata que a escritora trilha o caminho da introspecção: “ela está em busca da criança dentro de si mesma e por isso sua obra interessa ao leitor de qualquer idade”.

No que diz respeito ao destinatário, Bojunga sempre se esquivou de rotular suas obras para crianças, jovens ou adultos, apesar dos catálogos editoriais as enquadrarem sobre tais denominações. Todavia, ao lançar ou relançar seus livros por sua própria editora, a escritora livra-se desses

---

<sup>4</sup>Em 1985 Lygia Bojunga foi agraciada com o prêmio *Molière* (do teatro) pela obra *O Pintor*. Esse prêmio foi criado em 1963, tendo premiado pela última vez em 1991. A estatueta era concedida aos melhores do teatro do Rio de Janeiro e São Paulo.

rótulos, nomeando-os apenas como literatura brasileira ou romance brasileiro. Assim, cabe ao leitor, ao mediador e à crítica essa decisão.

Silva (2009) pontua também que as últimas obras da autora abandonaram a linguagem metafórica, tornando-se mais explícitas. Além disso, seus personagens protagonistas, diferente das obras iniciais, não são mais crianças, ela substitui características próprias do mundo infantil ou animal pelas angústias dos adolescentes e adultos.

Percebemos claramente que essas mudanças, já iniciadas em obras anteriores, se deram definitivamente a partir de 2006, com os livros *Sapato de Salto* e *Aula de Inglês*, como se suas obras sofressem um “adulteramento”, conforme sinaliza a pesquisadora Eliane Yunes (1996, s/p.): “Lendo-se cronologicamente a obra de Lygia Bojunga Nunes tem-se a impressão de ela ter sido fiel aos seus leitores cativados: cresceu com eles e os foi formando sofisticadamente até quem sabe – torná-los escritores”.

Independente de o destinatário ser adolescente ou criança, as obras bojunguianas têm alcançado um vasto número de leitores, o que justifica em parte o nosso interesse por esta pesquisa, em razão de vários de seus livros se encontrarem distribuídos por milhares de escolas públicas por meio de *compras governamentais* feitas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola- PNBE. A inserção da obra de Lygia Bojunga no PNBE será discutida no próximo tópico, em razão da abrangência e da importância desse programa na distribuição de obras literárias no Brasil.

## PNBE E AS OBRAS BOJUNGUIANAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura (CANDIDO, 1995, p.243).

É consenso que para ler é preciso ter o que ler (MAIA, 2007, p. 159).

As sábias palavras de Antonio Candido (1995) nos chamam a atenção para a importância que a literatura exerce em nossas vidas. Segundo o crítico, em seu clássico ensaio *O direito à literatura*, deparamo-nos com a ideia de que ler integra a necessidade básica do indivíduo, ou seja, a literatura é tão necessária quanto o alimento, negar a fruição da mesma é mutilar nossa humanidade (CANDIDO, 1995, p. 08).

Nesse sentido, justificamos a segunda epígrafe que nos convida às reflexões tecidas nas próximas páginas. Inúmeras pesquisas, ao longo dos anos, advindas de diversas áreas de atuação, concordam e afirmam que a leitura é um importante caminho de acesso ao saber.

Consequentemente, não faltam livros e teses conceituadas que

demonstrem a importância da leitura na formação de uma sociedade crítica. Norma Sandra de Almeida Ferreira (1999), em sua tese de doutorado, denominada *Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995*, traça detalhado panorama de tudo o que foi produzido em solo brasileiro nos programas de pós-graduação neste período sobre a leitura. Nos anos seguintes, até a data atual, surgiram inúmeros trabalhos que abordam o tema devido a sua abrangência e importância. Por isso, não consideramos indispensável, nesse momento, discorrer sobre a importância da leitura e o poder contido no ato de ler, visto que vários pesquisadores apontam e confirmam essa necessidade.

Logo, partindo do pressuposto de que “para ler, é preciso ter livros”, compreendemos o papel fundamental que exercem as políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil, pois, infelizmente, o acesso à obras literárias, para a maioria das crianças e jovens, se dá apenas nas escolas, por vários fatores agravantes, sendo o principal, a falta de recurso financeiro para a maior parte da população brasileira, somado ao alto custo dos livros.

Assim, diante da carência da população, sobretudo quanto à educação e à falta de recursos para aquisição de obras literárias, foi criado o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, na importante tentativa de diminuir as fronteiras que separam livros, alunos e professores de escolas públicas.

Neste estudo, o fio condutor para as discussões sobre as mudanças e conquistas do Programa serão as obras da escritora Lygia Bojunga que integram as listas de compras governamentais instituídas pela política em destaque nesta pesquisa: a do PNBE. Sublinhamos não ser nossa intenção fazer uma análise exaustiva de todos os editais, mas assinalar algumas mudanças significativas no decorrer das várias edições do Programa.

O PNBE é um programa governamental criado em 1997, pela portaria Ministerial nº 584, e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Seu maior objetivo é promover a leitura entre alunos e professores nas escolas:

Uma ação pública de incentivo à leitura, como parte da política educacional, tem por princípio proporcionar melhores condições de inserção dos alunos das escolas públicas na cultura letrada, no momento de sua escolarização. Constitui, ainda, no contexto da sociedade brasileira, uma forma de reverter uma tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado, a limitadas parcelas da população. A instituição, pelo Ministério da Educação, de uma política de formação de leitores, é, portanto, condição básica para que o poder público possa atuar sobre a democratização das fontes de informação, sobre o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores (BRASIL, 2008, p. 5).

Desse modo, o Programa tem sido um bom exemplo de iniciativa governamental que, ao longo de seus 15 anos de atuação, tem passado por profundas mudanças a fim de melhor atender a demanda e as necessidades das escolas públicas. Essas mudanças assinalam para o crescimento e a confiabilidade do Programa que tem aperfeiçoado os critérios de seleção e avaliação das escolhas literárias a serem adquiridas com verbas públicas.

Célia Regina Delácio Fernandes (2007), uma das pioneiras em pesquisas sobre o PNBE, constata que, no primeiro ano em que o Programa enviou obras literárias para as escolas (1998), houve falta de transparência nos critérios avaliativos, apesar do grande investimento na compra e distribuição de 4,2 milhões de obras literárias (um total de R\$ 24.435.179,00). Em decorrência disso, sucedeu-se um mau aproveitamento das obras adquiridas, visto que foram selecionados, para quase todo o acervo, livros considerados complexos como, por exemplo, *Os Sermões*, de Padre Vieira e outros livros exigindo um leitor mais maduro às séries destinadas (1ª a 8ª séries).

Em 1999, houve mudanças positivas: se em 1998 apenas 26 editoras foram contratadas, no ano seguinte esse número subiu para 43. A quantidade de escolas atendidas também aumentou consideravelmente: de 20 mil escolas públicas do Ensino Fundamental para 36 mil escolas.

Entretanto, a principal mudança ocorreu na escolha dos livros. Se no ano anterior, as obras foram inapropriadas para o público infantil, posto que o acervo privilegiou apenas dois autores canônicos da literatura infantojuvenil: Monteiro Lobato e Vinícius de Moraes, conforme demonstrou Fernandes (2007, p. 64), na edição do PNBE-1999 o acervo foi composto por 110 obras somente de literatura infantil e juvenil.

Vale ressaltar que as escolhas de 106 títulos foram feitas pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), justificando a qualidade e a preocupação com critérios específicos como texto, imagem e projeto gráfico<sup>5</sup>. As obras também vieram acompanhadas de dois pareceres críticos redigidos por especialistas da área. *A casa da madrinha* (1978), por exemplo, primeiro livro de Lygia Bojunga selecionado pelo PNBE recebeu pareceres críticos de Regina Zilberman e Jane Paiva<sup>6</sup>:

**[...] A casa da madrinha é obra extremamente criativa e original, marco não apenas da trajetória ficcional de Lygia Bojunga Nunes, mas também da literatura infantil brasileira, que, ao final da década**

---

<sup>5</sup> Os 04 títulos restantes foram escolhidos pela Secretaria de Educação Especial a fim de atender crianças portadoras de necessidades especiais.

<sup>6</sup> Os pareceres na íntegra estão disponíveis no site oficial da FNLIJ: <[http://www.fnlij.org.br/principal.asp?texto=PNBE&arquivo=/pnbe/texto/a\\_casa\\_da\\_madrinha.htm](http://www.fnlij.org.br/principal.asp?texto=PNBE&arquivo=/pnbe/texto/a_casa_da_madrinha.htm)> Acesso em: 12 fev. 2014.

de 70, passava por até agora inigualável surto de inventividade (ZILBERMAN, 1999, s/p).

[...] Qualquer professor deveria orgulhar-se de poder ter em sua biblioteca escolar um livro como este para, quem sabe, incorporar à sua “maleta” de trabalho, à semelhança do que fazia a professora de Alexandre, no pouco tempo em que ele pôde estar na escola e em que ela pôde exercer seu papel profissional com tanto brilho e autonomia (PAIVA, 1999, s/p).

Nesses fragmentos, percebemos o valor literário atribuído à obra selecionada, publicada pela editora Agir, além de atender todos os critérios da seleção do Programa, o título escolhido acumulava 5<sup>7</sup> premiações que atestam a sua qualidade e boa aceitação em vários quesitos.

No ano 2000, não houve distribuição de obras literárias porque o programa concentrou-se na formação continuada dos professores, ao distribuir 577,4 mil obras pedagógicas para 30.718 escolas. Uma grande conquista, se levarmos em conta que o governo buscava, com essa ação, subsidiar os professores na formação de leitores. Além disso, a ação privilegiou também outras áreas de conhecimento.

Notamos que o edital de 2001 adotou os mesmos critérios de avaliação utilizados pela FNLIJ em 1999, porém, ocorreram efetivas mudanças no sistema de distribuição, visto que a entrega de livros foi (ou deveria ser) diretamente aos alunos matriculados na 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries de escolas públicas. Os alunos podiam levar para a casa a coleção intitulada “Literatura em minha casa”, com o objetivo de partilhar as leituras com toda família e, assim, ampliar o número de pessoas beneficiadas.

Observamos, por meio de documentação, que no primeiro ano de atuação do programa (1997) só foram atendidas escolas com mais de 500 alunos matriculados, no segundo ano, escolas com mais de 150 alunos. Isso excluía automaticamente escolas de menores portes e rurais. Entretanto, o PNBE-2001 passa a atingir essas escolas, conforme consta no item 2.10 do relatório de prestação de contas do Tribunal de Contas da União- TCU (BRASIL, 2006).

Em 2002, o PNBE selecionou em seu acervo 2 títulos de Lygia Bojunga: *A casa da madrinha* (1978), da editora Nova Fronteira e *A bolsa amarela* (1976) da editora Objetiva.

Fernandes (2007, p. 71), sem desmerecer a qualidade da obra, pontua que a *A casa da marinha* já havia sido adquirida no PNBE-1999, “tais repetições poderiam ser evitadas pelas próprias editoras, caso houvesse alguma recomendação no edital”.

---

<sup>7</sup> Prêmio Orígenes Lessa - “O Melhor Para o Jovem” - FNLIJ - 1978/ Láurea “Altamente Recomendável Hans Christian Andersen” - 1980/ “Prêmio Hans Christian Andersen”, pelo conjunto de suas obras - 1982/ Projeto Recreância/FNLIJ - 1986 e Projeto Meu Livro, Meu Companheiro/FNLIJ - 1988.

Apesar de o conteúdo do edital de 2002 ser parecido com o anterior, aponta um novo item: a proibição das obras que tenham composto as seleções do PNBE-2001, circunstância que, como vimos, não impediu a entrada dos títulos selecionados em 1999. É importante salientar que a comissão técnica também foi ampliada<sup>8</sup> e as obras continuavam a integrar a coleção “Literatura em Minha Casa”.

Em 2003, Lygia Bojunga aparece de uma maneira diferenciada na coletânea *Contos de hoje e ontem* (2003), obra que agrega contos de Lima Barreto, Léo Cunha e um de Lygia Bojunga, intitulado “O rio e eu”, originalmente publicado em *Tchau*<sup>9</sup> (1984).

Fernandes e Cordeiro (2012) revelam que em 2003, ainda com a mudança de governo, o projeto “Literatura em minha casa” foi mantido e ampliado para a 8ª série do Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos, abrangendo o número de alunos atendidos, somando um total de R\$ 44 milhões investido na compra de obras.

Frisamos que, nas edições do PNBE de 1998 e 1999, as obras literárias eram adquiridas tais como foram lançadas, ou seja, os mesmos livros presentes nas livrarias eram distribuídos nas escolas. Porém, nos anos de 2001 a 2003, com o pretexto de diminuir os gastos, as obras foram alteradas, ou seja, mantiveram o texto original, mas receberam formatos padronizados e as ilustrações foram praticamente excluídas, o que comprometeu a qualidade dos títulos, pois imagem e texto dialogam e se completam na maioria dos casos.

Lívio Lima de Oliveira (2008) observa, em sua tese de doutorado, “*Indústria editorial e governo federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições*”, que em 2003, o primeiro ano do governo Lula, o PNBE teve o maior orçamento gasto desde sua gênese, visto que o Programa abrangeu cinco ações ligadas ao setor literário:

O PNBE-2003 foi composto por cinco ações: “Literatura em Minha Casa”, “Palavra da Gente”, “Casa da Leitura”, “Biblioteca do Professor”, e “Biblioteca Escolar”. Cada uma dessas denominações diz respeito a determinados tipos de público [...] assim o PNBE-2003 mesclou ações dos programas de 1998, 1999 e 2000 (quando foram distribuídos para biblioteca escolares e para professores) e dos anos de 2001 e 2002 (quando os livros, em forma de coleção, foram distribuídos aos alunos) (OLIVEIRA, 2008, p. 47).

---

<sup>8</sup>Para verificar a comissão técnica designada para avaliar as coleções literárias, ler: *Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico* (FERNANDES; CORDEIRO, 2012). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.puocs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11749>>. Acesso em: 15 de jan. 2014.

<sup>9</sup>*Tchau* é o único livro de contos de Lygia Bojunga. O mesmo reúne 03 contos. Em 1987 foi incluído na seleção dos melhores livros da Biblioteca Nacional da Juventude em Monique, Alemanha.

Em 2004, o Programa deu continuidade às ações de 2003. Em 2005, após várias observações negativas dirigidas ao projeto “Literatura em minha casa”, o Programa se volta novamente ao objetivo inicial de abastecer as bibliotecas escolares. Sobre isso, Flávia Ferreira de Paula (2010, p. 39) destaca que “muito se criticou, na época, a questão da posse privada dos livros em detrimento da posse pública, fazendo do livro propriedade do aluno, e não mais da comunidade escolar”. A pesquisadora ainda levantou outras hipóteses que podem ter dado fim ao projeto: “O custo foi alto? Seus objetivos não foram alcançados? Ou seria a mudança de governo em 2003?” (PAULA, 2010, p.100). As perguntas apenas nos fazem refletir, considerando que não existem respostas concretas e definitivas que dêem por encerrado o assunto.

É importante destacarmos que, nesse período as obras voltam a ter o mesmo formato e qualidade das vendidas em livrarias de todo o país. A partir dessa versão, todos os editais, prestações de contas e acervos enviados às escolas encontram-se no *site* oficial do FNDE. É possível verificarmos, por exemplo, que nesse ano foram enviados 5.918. 966 livros distribuídos (300 obras infantojuvenis) para 136. 389 escolas públicas brasileiras.

Outra mudança significativa diz respeito ao contrato com as editoras, Leda Claudia Silva Ferreira (2008) demonstra que, diferente das edições anteriores do Programa, as editoras não foram solicitadas a elaborarem e a editarem coleções específicas. Essa prática limitava consideravelmente o número de editoras beneficiadas, assim, após várias desaprovações:

[...] em 2005, coube às editoras escolher até 25 títulos de seu catálogo e oferecer para análise e concorrência com as demais. Esse processo resultou em um leque maior de editoras contempladas (58 grupos editoriais e 72 editoras), contra apenas 10 editoras ligadas ao PNBE no ano de 2003, cuja edição recebeu o nome de *Literatura em minha casa*. A dispersão geográfica dessas editoras, contudo, ficou limitada principalmente à Região Sudeste (95,4% das editoras) e à Sul (4% das editoras), pólos nacionais expressivos. Destaca-se, ainda, que o estado de São Paulo, sozinho, responde por 63,7% das editoras que tiveram suas obras contempladas para compor o acervo (FERREIRA, 2008 p. 27).

Entre as editoras contratadas em 2005, encontra-se, pela primeira vez, a “Casa Lygia Bojunga LTDA”. Dessa forma, 4 novos títulos da escritora passam a fazer parte do acervo adquirido pelo PNBE-2005: *Os colegas* (1972), *Angélica* (1975), *Corda bamba* (1979) e *O sofá estampado* (1980).

Sobre os quatros livros selecionados, percebemos que todos são premiados, assim como os anteriores, comprados pelo Programa. Notamos também a grande quantidade de análises dessas obras desenvolvidas em programas de pós-graduação, o que justifica, a nosso ver, a relevância das

obras bojunguianas para a literatura infantojuvenil, alvo de inúmeras dissertações e teses de doutorado<sup>10</sup>.

Ainda sobre a edição do PNBE-2005, Daniela Freitas Brito Montuani (2009 p. 161), em levantamento para sua dissertação de mestrado desenvolvida na UFMG, constata que foram 65 editoras contratadas. A Casa da Lygia Bojunga LTDA vendeu para o Programa 75.263 livros, totalizando um contrato no valor de R\$ 451.578,00. Em algumas editoras maiores como, por exemplo, a Rocco LTDA, o valor do contrato chega a R\$ 1.822.955,60.

Documentos oficiais demonstram que, em 2006, o PNBE se volta novamente para o Ensino Fundamental, porém, diferente ao ano de 2005 que visava alunos de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, esse acervo privilegia alunos da 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries. Conseqüentemente, diminui o número de alunos e escolas atendidas pelo fato de nem todas ofertarem esse nível de ensino. O total de investimento foi de R\$ 46.509.183,56, totalizando 7.233.075 livros, divididos em 3 acervos diferentes com 75 títulos cada. Em suma, cada escola recebeu 225 obras, entre elas, 3 escritas por Lygia Bojunga e vendidas mais uma vez por sua própria editora: *Nós Três* (1987), *O meu amigo pintor* (1987) e *A Cama* (1999).

Com efeito, as obras selecionadas, talvez devido às séries indicadas, possuem temáticas mais voltadas para a fase da adolescência. Observamos ainda que novamente são todas obras premiadas, levando-nos a acreditar que tais prêmios, ao longo dos anos, contribuíram para que Lygia Bojunga se tornasse um cânone da literatura infantojuvenil. É nítido que nas listas dos acervos do PNBE os escritores já consagrados são sempre recorrentes, fato sobre o qual discorreremos adiante.

No ano de 2007, conforme informações em *sites* oficiais e documentos do PNBE, houve mudança na nomenclatura do Programa. Se até 2006, o nome do Programa se referia ao ano de aquisição das obras, no ano seguinte ele passa a se referir ao ano de atendimento. Assim, a compra do PNBE-2007 foi em 2008, por isso, não existe uma versão para o PNBE-2007.

Ao analisarmos as obras adquiridas e os critérios de avaliação do PNBE-2008, sinalizamos que a maior mudança ocorreu na ampliação dos números de atendimento que, além do Ensino Fundamental, passou a abranger o nível de Ensino Médio e a Educação Infantil, o que possibilitou avanço para o fomento da leitura. Os critérios de avaliação se voltaram, como nas edições anteriores, para a qualidade do texto, adequação da temática, projeto gráfico e proibição de passagens que constassem qualquer tipo de discriminação.

Nessa edição, a editora de Lygia Bojunga é contratada novamente

---

<sup>10</sup>No banco de teses/ dissertações da Capes foram detectadas 68 pesquisas que discutem Lygia Bojunga e suas obras literárias.



com a obra *Os colegas*, que foi adquirida pelo acervo do Ensino Médio. Como vimos anteriormente, esse mesmo título compôs o acervo do PNBE-2005, adquirido também pela mesma editora, porém na categoria Ensino Fundamental, visto que o Ensino Médio ainda não era atendido pelo Programa. No entanto, é válido pontuarmos que muitas escolas não possuíam esse livro, pois a edição de 2005 privilegiava alunos matriculados até a 4ª série, o que poderia justificar, em parte, a repetição da obra.

Chamou nossa atenção o mesmo título contemplar acervos destinados a idades diferentes nas duas versões do Programa. Essa ocorrência nos leva a acreditar que a comissão de seleção julga a obra indicada tanto para as crianças quanto para os adolescentes. Esse fato também contribui para a difícil rotulação da obra da escritora e mostra que faixa etária não deve prevalecer e sim a escolha do aluno.

Constatamos também que as obras *A casa da madrinha*, *A bolsa amarela* e *Corda bamba* foram adquiridas para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série bem como para o Ensino do 6º ao 9º anos em versões anuais diferentes. Tais exemplos ratificam a difícil rotulação das obras bojunguianas por faixa etária.

Em 2009, Lygia Bojunga aparece novamente no acervo com 3 obras selecionadas para o Ensino Fundamental: *A Bolsa Amarela* (1976), *A Casa da Madrinha* (1978) e *Corda bamba* (1979); e uma obra escolhida para o Ensino Médio: *Aula de Inglês* (2006). Lembramos que as duas primeiras já haviam sido adquiridas há nove anos (PNBE-2002), porém, por editoras diferentes.

O total de investimento em 2009 foi de R\$ 27.099.776,68 na compra de 3.028.298 livros, que beneficiou diretamente 7.240.200 alunos de escolas públicas matriculados no Ensino Médio, e um investimento de R\$ 47.347.807,62 na compra de 7.360.973 livros, distribuídos para 12.949.350 alunos matriculados no Ensino Fundamental (6º ao 9º anos).

No que se refere ao PNBE-2010, aludimos à citação de Fernandes e Cordeiro para demonstrarmos melhoras significativas ocorridas nos editais no que diz respeito à valorização dos acervos literários e à concepção de leitura e de literatura:

Se nos anos anteriores – 2005 a 2009 – os editais pouco se diferenciavam entre si, o edital de 2010 apresentava importantes mudanças. A primeira diz respeito a mencionar a legislação que legitima a importância da distribuição de acervos literários às escolas, enquanto a segunda traz a fundamental consideração de a leitura ser concebida como uma prática social [...] Outro ganho no edital de 2010 refere-se à necessidade de refletir acerca da concepção de literatura e leitura de acordo com cada público atendido [...] Também é perceptível, nos editais, o cuidado em selecionar obras que não contenham “didatismos ou moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem” (FERNANDES; CORDEIRO, 2012, p.323-324).

Sob essa perspectiva, é possível percebermos os avanços do Programa que, apesar das dificuldades e críticas, aponta melhoras significativas no cuidado em selecionar as obras, aperfeiçoando e ampliando os critérios de avaliação a cada nova edição.

Nesse acervo, encontramos uma única obra de Lygia Bojunga: *O abraço* (1995), contemplando o acervo destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA). O contrato com a editora da escritora foi no valor de R\$ 93,006,72 na compra de 29, 437 tiragens no valor de R\$ 4,97<sup>11</sup>.

A narrativa de *O abraço* aborda o estupro e a pedofilia como temáticas principais. Acreditamos que a literatura exerce um importante papel social, por isso, é fundamental discutir problemas sociais de tais proporções, e as obras literárias são um bom caminho para despertar a reflexão crítica sobre o assunto mencionado, principalmente quando destinadas ao público referenciado: alunos da educação EJA.

Em 2011, *Querida* (2009), a última obra escrita por Lygia Bojunga, foi adquirida para o acervo do Ensino Médio (nessa edição, as compras se destinaram também para o Ensino Fundamental (6º ao 9º anos).

Foram comprados 11.568 livros da escritora por R\$ 8.04, o preço unitário (na livraria, o livro custa em torno de R\$ 28,00), somando um contrato no valor de R\$ 93.006,72 pagos somente à editora Casa Lygia Bojunga LTDA, conforme consta no documento oficial (BRASIL, 2011, p. 8)<sup>12</sup>.

Em 2012, o Programa investiu R\$ 81.797.946,11 na aquisição de obras para a Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e EJA. Nenhuma obra de Lygia Bojunga foi adquirida. As principais mudanças ocorridas nos últimos dois anos dizem respeito às obras destinadas para alunos com necessidades especiais. Essa categoria se aprimorou e atualmente distribui livros em *Braille*, com letras ampliadas, CD em áudio, DVD e em libras.

O Programa, que já passou por cinco mandatos (de três governos, lembrando que os presidentes Fernando Henrique e LuisInácio Lula da Silva foram reeleitos), hoje é constituído por uma política de Estado, ou seja, é um programa estável e consolidado pelo governo federal. Em outras palavras, mesmo com a mudança de novos governantes, o PNBE permanece, porque não está vinculado a partido político, mas a uma política Estatal, com recurso assegurado no orçamento.

Por conseguinte, durante os longos anos de atuação do PNBE, cada

<sup>11</sup> Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos/item/3016-dados-estat%C3%ADsticos-de-anos-anteriores>>. Acesso em 08 abr. 2014.

<sup>12</sup> pnbe-2011-titulos-valores-tiragens. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDgQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.fnde.gov.br%2Fquivos%2Fcategory%2F118-biblioteca-da-escola%3Fdownload%3D7115%3A%2011-titulos-valores-e-triagem&ei=NKxxUdWhL4je8wSi4GgBw&usq=AFQjCNHiW5atrVgoATTECvO537ialj1tmg&bvm=bv.45373924,d.eWU>> Acesso em: 19 abr. 2014.

novo governante tem investido milhões em aquisições de livros e, apesar de todas as críticas a ele atribuídas, tem sido o programa de leitura mais atuante desde sua gênese, conseqüentemente, todas as escolas possuem obras literárias em quantidade e qualidade. Concluímos que faltam outras políticas que possam agir em conjunto com o PNBE: formação de mediadores e propagação em *grande escala* das obras disponíveis nas escolas já renderiam resultados significativos.

Assim, ressaltamos que o Programa tem feito um trabalho exemplar no que foi destinado: viabilizar obras literárias de qualidade para escolas públicas em todo o país. No entanto, é necessário que esses livros passem a fazer parte do cotidiano e tenham a importância merecida na vida dos alunos e dos professores.

## LYGIA BOJUNGA DÁ O “TROCO”

É notório que as editoras e os escritores selecionados pelo PNBE recebem uma quantia significativa em dinheiro advinda de verbas públicas, principalmente aqueles contemplados mais de uma vez. Flávia Ferreira de Paula (2010, p.57), em uma análise do Programa nos anos em que foi denominado “Literatura em Minha Casa”, observa que:

[...] dos autores mais recorrentes nas obras escolhidas para os acervos do PNBE nos anos de 2001, 2002, e 2003, destacam-se os nomes das consagradas escritoras de literatura infantojuvenil: Ana Maria Machado, Sylvia Orthof e Ruth Rocha.

Sem a intenção de justificar, é importante dizermos que existem vários escritores para jovens e crianças; contudo, nem todos com a qualidade literária reconhecida, além de vários deles não atenderem os critérios de seleção do Programa. Com efeito, esse fato contribui para que alguns escritores já consagrados sejam selecionados com maior frequência, a exemplo de Lygia Bojunga, como demonstramos no decorrer desta pesquisa.

A escritora e empresária, em contrapartida, decidiu investir parte de seus lucros em projetos literários e culturais. Em entrevistas concedidas, ela afirma que trabalhar com literatura é um privilégio, porque além de todo o prazer proporcionado é uma profissão que lhe tem sido rentável. Nessa perspectiva, Bojunga afirma sentir-se em dívida com tudo que o livro lhe oferece e se propõe a contribuir, mesmo que de maneira pequena:

O Livro tem me dado tanto desde que - aos 7 anos - Monteiro Lobato fez de mim uma leitora apaixonada! E, pela vida afora, em noite de

insônia, em dia de dor, em hora de paz e prazer de viver, era só eu olhar pro lado e... lá estava Ele. Mas, feito coisa que tanto companheirismo não bastava, o Livro vai e resolve comparecer todo fim de mês pra pagar minhas contas... É ou não é pra eu me sentir devedora? Pra querer dar o troco? (BOJUNGA, 2006, s/p).

Por conseguinte, em junho de 2006, a escritora construiu, no mesmo local de sua editora e de sua casa (onde mora há muitos anos), a Fundação Cultural Casa Lygia Bojunga, que desenvolve projetos socioeducativos voltados para o estímulo da leitura de crianças e jovens. A Fundação foi criada com o prêmio *ALMA*, recebido em 2004, e é mantida *unicamente* com lucros de sua editora. Ressaltamos que Bojunga foi a única brasileira até hoje agraciada com esse prêmio, instituído em prol da literatura infantil, criado em 2002 pelo governo Sueco, por meio do Conselho Nacional de Cultura.

A Fundação agrega 7 projetos, dos quais destacaremos alguns: *Paiol de Histórias*, que inaugurou a Fundação e que proporciona, além do contato direto com o livro, contações de histórias e oficinas de teatro. Além disso, as crianças carentes ou são levadas para excursões em ambientes culturais, tais como museus, centro históricos, eventos literários, bibliotecas, ou para apresentarem alguma atividade artística desenvolvida no projeto.

O projeto *Bolsa de Estudo* apoia aqueles que, dentro das atividades da Fundação, têm manifestado maior interesse pelo livro; oferta despesas com escolas, faculdades, além da compra de obras que ajudem pesquisas a serem realizadas. O último projeto, o qual destacaremos, chama-se *Mini-bibliotecas básicas / Apoio a quem apóia o Livro*- aqui. A Fundação<sup>13</sup> contribui com dezenas de livros para quaisquer instituições que queiram fomentar a leitura, sendo necessário apenas enviar uma lista das obras desejadas.

Se existissem mais projetos dessa natureza, que apesar de “pequenos”, têm contribuído para um Brasil leitor, certamente colaborariam com a formação de leitores, pois sabemos que só a aquisição de bons livros literários para os alunos e livros teóricos para a formação continuada dos professores não é suficiente para o combate à falta de interesse pelas obras literárias que, muitas vezes, permanecem intocáveis nas prateleiras pela ausência de fomento. Nesse contexto, acreditamos que ações e projetos, como os criados por Lygia Bojunga e tantas outras entidades envolvidas nesse grande desafio, são significativos e necessários. No entanto, ele são apenas um caminho inicial, precisamos de um trabalho conjunto com toda a sociedade, o empenho de todos é fundamental: se mais escritores, editoras, meios de comunicações de massa (televisão,

---

<sup>13</sup>A Fundação Cultural Casa Lygia Bojunga com todos os sete projetos podem ser conferidos na íntegra no site oficial da escritora e empresária. Disponível em: <<http://www.casalgiaboijunga.com.br/pt/afundacao.html>> Acesso em 04. Abr. 2014.

rádio,) e as próprias direções escolares se empenhassem em propagar a importância da leitura, o PNBE com certeza teria maiores e melhores resultados.

Frisamos que precisamos principalmente de políticas públicas de formação de mediadores, não podemos depender tão somente da iniciativa privada que, apesar da boa vontade, sozinha pouco contribui se levarmos em conta o cenário problemático da formação de leitores no Brasil.

Fernandes (2007, p. 76), ao analisar avanços e limitações do Programa, conclui que uma saída inteligente do governo para solucionar o problema da capacitação dos professores e mediadores de leitura, seria diminuir o número de distribuição de livros para garantir a verba para a capacitação: “entretanto, continua-se distribuindo um número cada vez maior de livros, que acabam não tendo o uso desejável”.

Levando-se em conta que, pela dimensão geográfica e cultural de nosso país, cada cidade, estado e escola possuem diferentes públicos que se definem por suas particularidades, outra forma de ter maior aproveitamento das obras seria o envolvimento e a participação “direta” dos professores nas escolhas dos títulos que gostariam de trabalhar com seus alunos.

Porém, isso não acontece, acreditamos que por conta da dimensão econômica, ou seja, a diversidade de escolha seria gigantesca, o que impossibilitaria o contrato com diversas editoras que não condizem com os quesitos exigidos nos editais. Além disso, não poderíamos descartar a influência dos grandes grupos editoriais sobre os menores, e ainda a possibilidade destes proporem parcerias com as escolas a fim de se beneficiarem.

Em vista disso, uma alternativa seria o PNBE enviar às escolas uma lista com os possíveis livros a serem escolhidos. Assim, o professor ainda poderia incluir os alunos na decisão das obras que entrariam para o acervo. Essa interação direta com as partes *mais* interessadas (alunos e professores) poderia despertar o entusiasmo e a cobrança por ambas as partes para o bom funcionamento da biblioteca escolar.

Detalhados relatórios de monitoramentos do Programa, realizados pelo Tribunal de Contas da União - TCU, demonstram que em muitas escolas os livros permanecem encaixotados por falta de iniciativa, pelo fato de os professores desconhecerem o Programa e principalmente pela falta de infra-estrutura física para as instalações das bibliotecas (BRASIL, 2006).

As possibilidades são inúmeras, e entendemos ser nossa a responsabilidade (como pesquisadores acadêmicos) de contribuir com alternativas que possam ocasionar melhorias nas atividades do Programa, visto que ele é mantido com verbas públicas originárias de impostos pagos por todos nós.

Em linhas gerais, somente ao conhecermos e refletirmos sobre o funcionamento do PNBE é que teremos capacidade de começarmos a exigir resultados das escolas, dos professores, das famílias, dos alunos e, principalmente, do governo, porque, como sabiamente constatou Monteiro Lobato, em um discurso proferido ainda na década de 1940, “um país se faz com homens e livros”.

## REFERÊNCIAS

AIRES, Eliane Gabriel. *A criação literária em Lygia Bojunga: leitura e escrita*. Goiânia: UFMG, 2010.

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BOJUNGA, Lygia. *Casa Lygia Bojunga*. Disponível em: <<http://www.casalugiabojunga.com.br/pt/index.html>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

BOJUNGA, Lygia. *Livro – um encontro*. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2007.

BRASIL. *Associação brasileira de editores de livros escolares*. Programas:PNBE. Disponível em: <[http://www.abrelivros.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=7&Itemid=15](http://www.abrelivros.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=7&Itemid=15)>. Acesso em: 02 dez. 2012.

BRASIL. JUSBRASIL. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/23516933/dou-secao-3-01-12-2010-pg-52/pdfView>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

BRASIL. PNBE 2011 Acervo com títulos valores e tiragem. Disponível em <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDgQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.fnde.gov.br%2Farquivos%2Fcategory%2F118-biblioteca-da-escola%3Fdownload%3D7115%3Apnbe-2011-titulos-valores-etiragem&ei=NKxxUdWhL4je8wSii4GgBw&usq=AFQjCNHiW5atrVgoATTECvO537ialj1tmg&bvm=bv.45373924,d.eWU>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BRASIL. *Relatório de monitoramento: Programa Nacional Biblioteca da Escola/ Tribunal de contas da união*. Brasília: TCU, secretária de fiscalização e avaliação de programas de governo, 2006. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/1/2058966.PDF>>. Acesso em: 09 jun. 2013.

BRASIL. Tribunal de contas da união. *Relatório de Monitoramento no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)*. Disponível em <<http://ocotidianodaburocracia.com.br/files/Relat%C3%B3rio%20Impacto.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2012.

CADEMARTORI, Ligia. *O que é literatura infantil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In. \_\_\_\_\_: *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- FERNANDES, Célia Regina Delácio; CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico. In: *Educação*, v.35, n. 3 p. 319-328 set-dez. Porto Alegre, 2012.
- FERNANDES, Célia Regina Delácio. *Leitura, Literatura Infanto-Juvenil e Educação*. Londrina: EDUEL, 2007.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *Pesquisa em leitura: um resumo dos estudos de dissertações de mestrado e doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN Regina. *Literatura infantil brasileira: Histórias & Histórias*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2004.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN Regina. *Um Brasil para Crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos*. São Paulo: Global, 1986.
- LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.
- MAIA, Joseane. *Literatura na formação de leitores e professores*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- MEYER, Manoela. *Educar para crescer*. 2012. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/lygia-bojunga-681657.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- MONTUANI, Daniela Freitas Brito. *O PNBE/2005 na rede municipal de Ensino de Belo Horizonte: uma discussão sobre os possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores*. (Dissertação de Mestrado em Educação defendida na Universidade Federal de Minas Gerais) em Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- OLIVEIRA, Lívio Lima. *Indústria editorial e governo federal: o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e suas seis primeiras edições*. (Tese de doutorado em Ciências da Comunicação) na Universidade de São Paulo, SP: USP, 2008.
- PAULA, Flávia Ferreira de. *Literatura infantojuvenil e políticas públicas de leitura: um estudo do projeto Literatura em Minha Casa*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) – na Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS: UFGD, 2010.
- VIEIRA, Silene Adriana. O texto e a leitura nos textos de Lobato. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira [Et al.] (Orgs). *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.45-64.
- YUNES, Eliane. *Lygia Bojunga ou uma literatura em processo: uma entrevista com Eliana Yunes*. Proleitura, Unesp/UEM/Uel, ano 3, n. 9, fev. 1996.